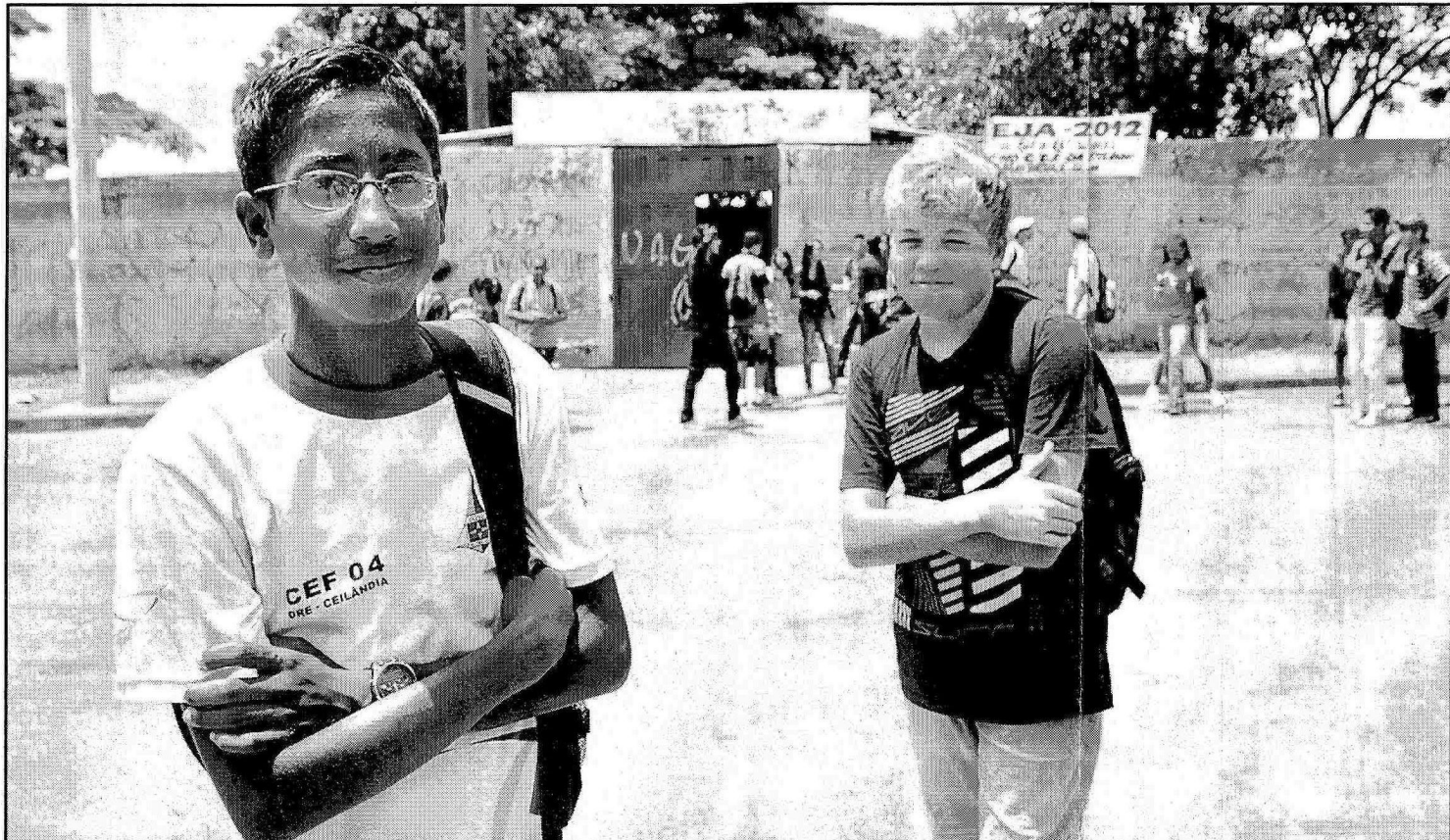




Gabriel Silva e Gabriel Rodrigues, que estudam no Centro de Ensino Fundamental 04 de Ceilândia, já se acostumaram a deixar a escola mais cedo

Atestados médicos na mira da Secretaria

» MANOELA ALCÂNTARA

Embora o período letivo na rede pública tenha sido iniciado em 8 de fevereiro, muitos estudantes dos ensinos fundamental e médio ainda estão fora das salas de aula devido à falta de professores. Na semana anterior ao carnaval, 900 docentes não assumiram os postos alegando algum tipo de doença. Desse total, até a última sexta-feira, somente 280 retornaram às salas de aula. Os demais têm atestados com mais de 15 ou 30 dias. Eles deveriam ser substituídos por temporários, mas poucos aceitam fazer a reposição para períodos curtos. A Secretaria de Educação abriu esta semana uma auditoria para investigar se as licenças são legais ou se houve excesso.

Em 10 dias, o levantamento mostrará o nível de reincidência por profissional, se há algum tipo de má fé na ação e apontará possíveis medidas administrativas caso as regras tenham sido desrespeitadas. A Coordenação de Saúde Ocupacional da pasta avaliará cada caso para que nenhuma injustiça seja cometida. O Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), é favorável à sindicância, mas levanta uma outra questão: a falta de contratações na rede pública. "Existe um banco de temporários para suprir aqueles que necessitam de ates-

tado. São mais de 6 mil. Cadê os substitutos? A gente observa que existem pouquíssimos novos concursados e a carência só aumenta", analisa a diretora da entidade, Rosilene Corrêa. Segundo ela, não é justo generalizar sem antes ter como comprovar que houve alguma irregularidade. "É um questionamento sobre o comportamento de dois profissionais: o professor e o médico", complementa.

Atualmente, 27.760 professores compõem o quadro da educação pública no DF. Para o sindicato, o problema é que muitos estão cedidos para outros órgãos. "Só no ano passado, foram mais de 900 aposentados e somente 364 foram contratados. Para piorar, as outras ausências definitivas, como morte, por exemplo, não foram preenchidas", acrescenta a diretora do Sinpro-DF. Em 2011, foi iniciada uma reestruturação em toda a rede. Pelo menos 1,7 mil profissionais que estavam à disposição do governo acabaram convocados a retornar às salas de aula. Até agora, 1,3 mil atenderam a ordem.

Mapeamento

Uma auditoria paralela à aberta para apurar o caso dos atestados, mostrará quem ainda não cumpriu a determinação do secretário, Denilson Bento da

Reajuste

Os profissionais que garantem o aprendizado nas 649 escolas do DF pedem reestruturação da carreira e outros benefícios. Em setembro de 2011, a categoria rejeitou a tabela apresentada pelo governo, que previa 7,5% aumento por ano até 2014 para profissionais em fim de carreira e 2,95% aos iniciantes. Os professores defendem 69,5% de reajuste acumulado nos próximos três anos. Atualmente, a remuneração de um educador com dedicação exclusiva de 40 horas semanais é de R\$ 4.128. O vencimento inicial é de R\$ 2.260.

Costa. Com isso, espera-se mapear as falhas que deixam alunos sem aula. Enquanto isso, estudantes como Rafael Neto, 18 anos, Renato Eler, 17, e Thiago Alves, 16, se preocupam com a preparação para o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o vestibular da Universidade de Brasília "Até hoje, não tive sequer uma aula de matemática. O motivo? Falta de professor", ressalta Rafael, estudante do 2º ano do ensino médio no Centro de Ensino Médio Eit (Cemeit), em Taguatinga.

A reportagem do *Correio* percorreu pelo menos cinco escolas em Taguatinga e Ceilândia e encontrou a mesma realidade em todas. No Centro de Ensino Fundamental 04 de Ceilândia, Gabriel Silva, 15 anos, e Gabriel Rodrigues, 13, estão acostumados a ser liberados mais cedo. "Só temos três professores. Um de português, um de matemática e outro de artes. O resto ainda não conhecemos", lamenta Silva. Além da perda de conteúdo os adolescentes têm outra preocupação. "Fui assaltado duas vezes voltando para casa. Dentro da escola, estamos protegidos. Roubaram o meu relógio e o meu celular", diz Rodrigues.

Se a contratação de aprovados em seleções públicas é a solução para melhorar a situação dos 500 mil alunos da rede pública, ela também é uma realidade distante. O governo está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e, por isso, acaba impedido de convocar concursados ou aumentar o salário dos docentes, como é **reivindicado** pela categoria. O Sinpro, porém, aponta outra possível melhoria. "Há muitos docentes adoentados. Seria interessante que o acordo firmado há seis anos para termos um plano de saúde fosse cumprido. Assim, poderíamos fazer uma prevenção", frisa Rosilene Corrêa.